



Proc. Administrativo 13- 298/2026

De: Sineli M. - SMEEL-PC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 02/06/2026 às 13:47:06

Setores envolvidos:

GAPRE, SMEEL, SEGESTAO-PARC, SMEEL-CI, SMEEL-COORD, SMEEL-PC, COM-SMEEL

Repasse Financeiro para a Associação Recreativa Atlético Gaúcho

Prezados

Encaminho, em anexo, o Check-List e a Ata de análise do Edital.

At.te.

—

Sineli Delgado Monteiro

Secretaria Executiva

Anexos:

Ata_Edital_4126_Atletico.pdf

Check_List_Atletico.pdf



ATA Nº. 01 DO EDITAL Nº. 4.126/2026 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Comissão de Seleção Especial dos Processos de Inexigibilidade de Chamamento Público da Secretaria de Município da Educação, Esportes e Lazer (SMEEL) designada pela Portaria nº. 28.202/20206 formada pelos membros Caroline Linhares de Oliveira, Sineli Delgado Monteiro Teixeira e Jonatan Stefano Moreira Lazzaretti, reuniu-se às 11 horas no dia 02 de junho de 2026, para análise e processamento de documentos referentes ao Edital nº. 4.126/2026 de Inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos dos art. 29, 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº.3807/2017. O processo se refere ao edital que trata do repasse de recurso para firmar termo de fomento em benefício da Associação Recreativa Atlético Gaúcho inscrita no CNPJ 43.436.449/0001-00, no montante de R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais), através da Secretaria de Município da Educação, Esportes e Lazer (SMEEL) referente a Emenda Impositiva Individual nº 02/2026 – Ver. Silvio Tolfo Tondo (R\$ 11.000,00), Emenda Impositiva Individual nº 28/2026 – Ver. Jussarete Vargas (R\$ 30.000,00), Emenda Impositiva Individual nº 75/2026 – Ver. Caio Casanova (R\$ 20.000,00), Emenda Impositiva Individual nº 128/2026 – Ver. Paulo Pereira (R\$ 10.000,00), Emenda Impositiva Individual nº 185/2026 – Ver. Zilmar Araújo (R\$ 25.000,00), Emenda Impositiva Individual nº 209/2026 – Ver. Giordano Borba (R\$ 10.000,00), Emenda Impositiva de Bancada nº 62/2026 – Bancada MDB (R\$ 10.000,00), Emenda Impositiva de Bancada nº 125/2026 – Bancada PDT (R\$ 25.000,00) e Emenda Impositiva de Bancada nº 217/2026 – Bancada PP (R\$ 10.000,00), e observará os termos da legislação vigente, em atenção especial a regulamentação da Lei Federal nº



13.019/2014 por meio do Decreto Municipal nº.3807/2017. Neste ato, o colegiado fez a leitura do Plano de Trabalho, e realizou as análises com base nos requisitos de elaboração, conforme artigo 22 da Lei Federal nº.13.019/2014, portanto, atende parcialmente aos requisitos para repasse financeiro, pois apresenta ao longo dos planos de trabalho algumas incoerências que serão apontadas individualmente no decorrer desse documento. Referente a Emenda Impositiva Individual nº 02/2026 – Ver. Silvio Tolfo Tondo, a entidade apresentou o Projeto intitulado “Futebol Total” com o objetivo de garantir a participação das equipes do Projeto Futebol Total em competições oficiais e partidas amistosas, com a programa de participação no Jogo NOLIGAFI (Categoria Sub 10 e Sub 11) na Cidade de Pelotas e no Jogo NOLIGAFI (Categoria Sub 15 e Sub 13) na Cidade de Pelotas. Para a Emenda Impositiva Individual nº 28/2026 – Ver. Jussarete Vargas, a entidade apresentou o Projeto “Futebol Total” com o objetivo de garantir a participação das equipes do Projeto Futebol Total em competições oficiais e partidas amistosas. Com programação de viagem para competição na 5ª Rodada do NOLIGAFI (Categoria Sub 10 e Sub 11) na Cidade de Santa Maria, e participação no Jogo do Circuito de Craques (Sub 15, Sub, 13 e Sub 11) na Cidade de Pelotas, e a compra de uniformes esportivos para o Projeto. Para a Emenda Impositiva Individual nº 75/2026 – Ver. Peter Linhares, a entidade apresentou um arquivo contendo a Emenda de Bancada nº 062/2026 – MDB. Para a Emenda Impositiva Individual nº 128/2026 – Ver. Paulo Pereira, a entidade apresentou um arquivo contendo a Emenda de Bancada nº 062/2026 – MDB. Para a Emenda Impositiva Individual nº 185/2026 – Ver. Zilmar Araújo, a entidade apresentou o Projeto “Futebol Total e Corrida Total” com o objetivo de garantir a participação das equipes do Projeto Futebol Total e Corrida Total em



competições oficiais e eventos esportivos, com programação de participação no Jogo NOLIGAFI das quartas de final (Categoria Sub 10 e Sub 11) na Cidade de Pelotas, no Jogo NOLIGAFI da semifinal (Categoria Sub 10 e Sub 11) na Cidade de Porto Alegre, e na Etapa CDC (Categoria Sub 15, Sub 13 e Sub 11) na Cidade Santa Maria, na Copa Agudo (Sub 17) na cidade de Agudo, na Rústica a ser realizada na Cidade de Silveira Martins, e na Meia Maratona na Cidade de São Gabriel. No item 9 (detalhamento da aplicação dos recursos financeiros) consta o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), porém a Emenda é no montante de R\$ 25.000,00, sendo necessário realizar a correção. Para a Emenda Impositiva Individual nº 209/2026 – Ver. Giordano Borba, consta no cabeçalho do Plano de Trabalho “Plano de Trabalho – Emenda Individual 062/2025 – Ver. Giordano Borba de Freitas”, porém o número da Emenda está incorreto. A entidade apresentou o Projeto intitulado “ Futebol Total” com o objetivo de garantir a participação das equipes do projeto Futebol Total em competições oficiais e partidas amistosas, com a programação de participação no Jogo da 5ª Rodada do NOLIGAFI (Categoria Sub 13 e Sub 15) na Cidade de Santa Cruz do Sul, e a participação no Jogo da Semifinal do NOLIGAFI (Categoria Sub 13 e 15) na Cidade de Porto Alegre. Para a Emenda Impositiva de Bancada nº 62/2026 – Bancada MDB, a entidade apresentou o Projeto “Futebol Total” com o objetivo de garantir a participação das equipes do projeto Futebol Total em competições oficiais e partidas amistosas, com a programação de participação na 3ª rodada do Jogo NOLIGAFI (Categoria Sub 10 e Sub 11) na Cidade de Santiago, e no Jogo Circuito de Craques (Categoria Sub 15, Sub 13 e Sub 11) na Cidade de Santa Maria. Para a Emenda Impositiva de Bancada nº 125/2026 – Bancada PDT, a entidade apresentou o Projeto “Futebol Total” com o objetivo de garantir a participação das equipes do



projeto Futebol Total em competições oficiais e partidas amistosas, com a programação de aquisição de uniformes e serviço de fisioterapia e nutrição para acompanhamento dos participantes do projeto. Para a Emenda Impositiva de Bancada nº 217/2026 – Bancada PP, a entidade apresentou o Projeto “Futebol Total” com o objetivo de garantir a participação das equipes do projeto Futebol Total em competições oficiais e partidas amistosas, com a programação na 4ª Rodada do Jogo NOLIGAFI (Categoria Sub 15 e Sub 13) na Cidade de Pelotas e na 3ª Rodada do Jogo NOLIGAFI (Categoria Sub 15 e Sub 13) na Cidade de Júlio de Castilhos. O colegiado realizou as análises dos documentos através do Apêndice B do Decreto nº. 3807/2017, em que foram entregues os documentos, porém faltou a apresentação do comprovante de endereço da entidade, a declaração firmada pelo contador da entidade que a mesma faz observância aos princípios e normas da contabilidade, e a demonstração contábil de 2025. Posto isso, e nada mais havendo a constar, encerra esta ata sendo lavrada pelos servidores Caroline Linhares de Oliveira, Sineli Delgado Monteiro Teixeira e Jonatan Stefano Moreira Lazzaretti.



ANEXO II - REQUISITOS DE DOCUMENTAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO MUNICÍPIO (CHECK-LIST)

OSC: **Associação Recreativa Atlético Gaúcho**

CNPJ: **43.436.449/0001-00**

Edital nº. **4.106/2026** – Inexigibilidade de chamamento público

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 13.019/2019 art. 33, 34 e 39 - Decreto 3.807/2017

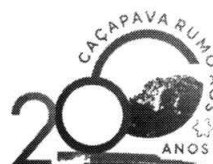
1) Normas de Organização Interna	Base Legal 13.019/14	Sim	
Requisitos estatutários e regras contábeis			
1.1 Ter objetivos em seu estatuto social voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social (não exigido para organizações religiosas e entidades sociedades cooperativas)	Art. 33, I	X	
1.2 Ter previsto no estatuto que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (não exigido para Acordos de Cooperação, para organizações religiosas e entidades sociedades cooperativas)	Art. 33, III	X	
1.3 Manter contabilidade regular com observância aos princípios fundamentais da contabilidade e às normas brasileiras de contabilidade - apresentar declaração firmada pelo contador da entidade que a mesma faz observância aos princípios e normas da contabilidade - apresentar as demonstrações contábeis do último exercício (não exigido para Acordos de Cooperação)	Art. 33, IV		
2) Normas de Organização Interna			
2.1 Evidenciar no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no cadastro nacional da pessoa jurídica. - fotocópia do cartão do CNPJ com, no mínimo um ano de existência com cadastro ativo	Art. 33, V, a	X	
2.2 Evidenciar experiência prévia na realização, com efetividade do objeto da parceria ou de natureza semelhante: - atestados de experiência emitidos por organizações/órgãos públicos para os quais realizou ações semelhantes contendo a descrição do trabalho realizado de forma pormenorizada, o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados. - notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de conhecimento; - prêmios locais ou internacionais recebidos	Art. 33, V, b	X	
2.3 Evidenciar instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas - Declaração contendo a estrutura de recursos humanos e estrutura física da qual dispõe a entidade para a realização da ação objeto do termo de parceria compatível com as exigências	Art. 33, V, c	X	

Assinado por 3 pessoas: LINHARES DE OLIVEIRA e JONATAN STEFANO MOREIRA LAZZARINI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cacapavadosul.1doc.com.br/verificacao/DE78-ECCF-E42D-7D0A>



PREFEITURA DE
**CAÇAPAVA
DO SUL**

CAÇAPAVA GEOPARQUE
MUNICÍPIO DE INTERESSE
unesco



do edital			
3) Exigências de documentação			
3.1 Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuição e de dívida ativa:	Art. 34, II		
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União) e da Secretaria da Receita Federal.		X	
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da organização social;		X	
- Prova de regularidade relativa à seguridade social (INSS);		X	
- Prova de regularidade de situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);		X	
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.		X	
3.2 Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações	Art. 34, III	X	
3.3 Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual	Art. 34, V	X	
3.4 Apresentar relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no cadastro das pessoas físicas – C.P.F. da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	Art. 34, VI	X	
3.5 Apresentar cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado. - comprovante de água, energia elétrica ou telefone em nome da entidade, contrato de locação, instrumento de concessão real de uso.	Art. 34, VII		
3.6 Apresentar declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da lei 13.019/2014.	Art. 39	X	
5) Exigências Lei 11.494/2007 - Fundeb			
5.1. Declaração de fornecimento de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos;	Art. 89 § 29, I	-----	
5.2 Comprovação através do estatuto social e/ou declaração de finalidade não lucrativa e aplicação de seus excedentes financeiros em educação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1o, 3o e 4o do art. 89 da Lei 11.494/2007;	Art. 89 § 29, II	-----	
5.3. Comprovação através do estatuto social da destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional com atuação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1o, 3o e 4o do art. 89 da Lei 11.494/2007 ou ao poder público no caso do encerramento de suas atividades;	Art. 89 § 29, III	-----	
5.4. Documento expedido pelo Conselho municipal de educação de que atendera padrões mínimos de qualidade definidos por este órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, bem como possui aprovados seus projetos pedagógicos;	Art. 89 § 29, VI	-----	
5.5 Apresentação do Certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente, na forma do regulamento.	Art. 89 § 29, V	-----	

Assinado por 3 pessoas: LINHARES DE OLIVEIRA e JONATAN STEFANO MOREIRA LAZZARETTI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cacapavadosul.idoc.com.br/verificacao/DE78-ECCF-E42D-7D0A> e informe o código DE78-ECCF-E42D-7D0A



PREFEITURA DE
**CAÇAPAVA
DO SUL**



Foram conferidos e averiguados os documentos entregues pela OSC no Gabinete do Prefeito Municipal no dia 02 de junho de 2026, pela Comissão de Seleção para processar inexigibilidade de chamamento público designada pela Portaria nº. 28.202 de 12 de março de 2026.

Caçapava do Sul, 02 de junho de 2026.

Caroline Linhares de Oliveira: _____

Sineli Delgado Monteiro Teixeira: _____

Jonatan Stefano Moreira Lazzaretti: _____



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DE78-ECCF-E42D-7D0A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SINELI DELGADO MONTEIRO (CPF 004.XXX.XXX-78) em 02/06/2026 13:48:01 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CAROLINE LINHARES DE OLIVEIRA (CPF 018.XXX.XXX-90) em 02/06/2026 14:01:03 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JONATAN STEFANO MOREIRA LAZZARETTI (CPF 027.XXX.XXX-18) em 02/06/2026 14:04:48
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cacapavadosul.1doc.com.br/verificacao/DE78-ECCF-E42D-7D0A>